

POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: NA TRILHA DA AVALIAÇÃO DO PROJÓVEM

Edinólia Portela Gondim

UFBA/UFMA/Brasil

edinólia@yahoo.com.br

Resumo: O artigo mostra a intenção da autora em avaliar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, na cidade de São Luís/MA, a partir da visão dos egressos do ano de 2006. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com aproximação para um estudo comparativo, elegendo como categorias de análise Juventude e Cidadania. Nesta perspectiva, traz Arendt e Bourdieu para sustentar suas análises. Apóia-se na epistemologia de Bachelard e aponta como questão fundante da pesquisa: Como o PROJÓVEM contribuiu para a vida dos egressos em São Luís do Maranhão.

Palavras-chave: projóvem; avaliação de política; política para juventude.

INTRODUÇÃO

Ao nos propormos pesquisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJÓVEM), pretendemos situá-lo no contexto onde foi gestado, sublinhando a preocupação em pensar as questões historicamente construídas. Compreendemos que o conhecimento não é um dado *apriori*, naturalmente dado, por assim dizer, que fale por si e que exista espontaneamente, pois entendemos que para se avaliar uma política, precisamos identificar as razões que impuseram sua formulação e as determinações advindas da conjuntura em que foi gerada. Reconhecemos que o objeto adquire significação quando é inserido ao todo que lhe dá coerência (GOLDMANN, 1979).

Nesse sentido, o primeiro obstáculo a ser superado é a noção primeira da evidência do objeto de estudo. Os veículos de comunicação e formadores de opinião e, ainda, o senso comum, tendem a uniformizar seu olhar sobre os programas sociais, privilegiando em suas análises aspectos referentes à articulação política de governos, ao mesmo tempo em que: estandardizam sobre os lançamentos, as matrículas, atraso de pagamentos ou afirmações de que se trata de mais uma política compensatória sem resultados. Ao percorrer a trilha da avaliação, intencionamos passear pelo entendimento mencionado, mas pretendemos ir além, aprofundando nossas pegadas na compreensão de que o conhecimento é uma resposta a uma questão, a uma pergunta (BACHELARD, 1996) e, portanto, construído intencionalmente com método e com procedimentos próprios.

Assim, avaliarmos os resultados do PROJOVEM na vida dos egressos de São Luís é a trilha que conduzirá o caminhar rumo ao nosso estudo. Com o cuidado de percebermos as veredas que atravessam a trilha, partimos dos pressupostos de que as políticas sociais são postas em decorrência de situações problemáticas e que o Projovem é um programa socioeducativo¹. Imbuídos dessa proposição, situamos neste artigo os indicadores que contribuíram para a elaboração do programa, bem como o seu processo de implantação, atentos em mencionar os instrumentos que o legalizaram e os seus objetivos. Entendemos que, para se avaliar uma política pública, é necessário ter essa sustentação como um dos eixos condutores.

Por fim, mostramos nossa intenção de avaliar o programa, explicitando a questão norteadora. Concordamos com Bachelard quando diz que: “Para um espírito científico, todo conhecimento é uma resposta a uma questão. Se não houver questão, não pode haver conhecimento científico” (BACHELARD apud JAPIASSU, 1999, p.84). E na busca destas respostas nos sustentaremos em autores que tratam a avaliação na perspectiva da cidadania.

PRIMEIROS PASSOS

Toda forma de avaliação envolve, necessariamente, um julgamento, uma atribuição de valor, e está pautada em determinadas concepções. Assim, subjacente à aprovação ou à não aprovação de uma política ou programa público, encontra-se uma certa concepção de justiça. Descarta-se, dessa forma, a possibilidade de que toda e qualquer modalidade de avaliação possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra (GOMES, 2001).

Nessa linha de pensamento, concordamos com Décia e Tenório (2009) ao expressarem-se sobre a legitimidade do processo de avaliação: “A avaliação deve ter caráter científico, porém não pode abrir mão do caráter político da própria avaliação e do papel do avaliador ou daquele que institui a avaliação” (DÉCIA e TENÓRIO, 2009, p.101).

Entendemos que avaliar políticas públicas não pode prescindir da compreensão de que toda política pública é constituída a partir de ações e omissões do Estado, decorrentes de decisões e não-decisões, possuindo como limites e condicionantes subjacentes, os processos econômicos, políticos e sociais “Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente” (SILVA, 2001, p. 37). Uma política

pública em geral se expressa em forma de resposta a situações consideradas problemáticas e pode se materializar através de programas, projetos e serviços. O que explicita os seus resultados é também a avaliação que se faz dela.

O Projovem como uma política específica, foi pensado, implantado e implementado em decorrência das demandas de políticas para jovensⁱⁱ e devido a fatores e indicadores da situação de vulnerabilidade da juventude brasileira.

Conforme o Censo/IBGE do ano 2000, cerca de 20% da população brasileira estava na faixa etária de 15 a 24 anos. Aproximadamente, 34 milhões de brasileiros. Além disso, 68% viviam em famílias que tinham uma renda *per capita* menor do que um salário mínimo, dentre esses, 12,2% (4,2 milhões) em famílias com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo, e 41,3% (14,1 milhões), viviam em famílias com renda *per capita* acima do salário mínimo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, realizada em 2003, verificou no Brasil 23,4 milhões de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, o que representava aproximadamente, 13,5% da população total. Em relação à escolaridade, a mesma pesquisa indicou que dos 23,4 milhões de jovens, apenas 7,9 milhões, que corresponde a 34% estavam frequentando a escola. Portanto, 15,4 milhões de jovens brasileiros, de 18 a 24 anos, fora da escola. Desses, 753,4 mil eram analfabetos e 5,4 milhões, não haviam concluído o ensino fundamental. Isso, apesar das estatísticas mais recentes apontarem para a conquista da universalização do ensino fundamental (com taxa de atendimento líquido superior a 95%), e a expressiva expansão do ensino médio. (UFBA. Projeto, 2007)

A situação conjuntural e histórica carregada de dilemas entre avanços e retrocessos políticos, econômicos e sociais, de certa forma, influenciou as iniciativas de desenvolvimento de políticas para juventude no Brasil, como forma de responder a problemas e equívocos tais como:

- A falta de garantia aos jovens brasileiros de um patamar satisfatório de acesso e permanência ao sistema educativo, direito este, não contemplado na LDBen;

- A luta e a conquista em torno do direito da criança e do adolescente expresso no ordenamento jurídico legal: O Estatuto da Criança e do Adolescente. O mencionado ordenamento ao focar os adolescentes, deixou na sombra como sujeito de direitos, os jovens que atingem a maioridade legal;

- O envolvimento de jovens da classe média no assassinato do índio Galdino, em Brasília, em 1997, que provocou o reconhecimento, por parte de instâncias

governamentais, de problemas que afetam os jovens - saúde, violência e desemprego - e conformou para um conjunto de ações desenvolvidas pelo Executivo Federal, que deram origem ao surgimento dos programas de inclusão no final da década de 90.

Além dos indicadores e fatores mencionados, pensamos que contribuiu ainda para a formulação do Projovem, a série de publicação da UNESCO sobre a violência juvenil brasileira, intitulada “Mapa da Violência - Os Jovens do Brasil”, resultado de estudos realizados por esta entidade sobre a juventude, violência e cidadania, na tentativa de compreender a associação entre jovens e violência (ABROMOVAY, 2002), que conseguiu alcançar o imaginário social, o campo simbólico do governo, tornar visível á outros países que padeciam do mesmo fenômeno e encaminhar as Diretrizes de Políticas para Juventude na America Latina.

O que referimos acima serviu para respaldar, no ano de 2004, a criação de um Grupo Interministerial composto por dezenove Ministérios e várias Secretarias de Estado, coordenado diretamente pela Secretaria Geral da Presidência da República, para analisar as ações públicas direcionadas à juventude brasileira.

Com o apoio de órgãos, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o Instituto Cidadania, foi realizada uma pesquisa sobre a população jovem, para diagnosticar a situação juvenil no Brasil. Apoiando-se no expressivo número da população de 15 a 24 anos que correspondia a 34 milhões de jovens em 2000, cerca de 20% da população brasileira associada aos problemas sociais evidenciados por esta faixa populacional: jovens fora da escola ou com defasagem idade/série ou analfabetos; altos índices de desemprego; envolvimento com droga e criminalidade; poucas oportunidades de esporte e lazer, além do aumento da gravidez precoce e AIDS. (PROJETO PROJOVEM, 2005)

Desta forma, justificar se-ia a implantação de uma política que contemplasse a juventude em seus aspectos múltiplos, visando à articulação das diversas políticas para o referido grupo populacional.

Como resultado, o Grupo Interministerial sugeriu a implantação de uma política educacional de inclusão de jovens. Assim, desenvolveu-se a Política Nacional da Juventude que compreenderia a execução de três propostas simultâneasⁱⁱⁱ, dentre elas, o Projovem, elaborado em 2004 implementado em 2005 e reformulado em 2007.

Projovem, componente estratégico da Política Nacional de Juventude do Governo Federal, implantado, sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do

Desenvolvimento Social e Combate a Fome, ao ser reformulado em 2007, ficou denominado de Projovem Integrado, atendendo quatro modalidades^{iv}:

Nossa pretensão é avaliar os resultados do programa, na sua primeira versão, elaborado com o intuito de atender, especificamente, o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas, no contexto de 2005, jovens de 18 a 24 anos, que não tinham vínculos formais de trabalho, que concluíram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental.

O programa previa a elevação da escolaridade por meio da conclusão do ensino fundamental, a preparação para o trabalho por meio da qualificação profissional básica e o incentivo ao desenvolvimento de ações em comunidade por meio da ação comunitária, oferecendo educação, qualificação e ação comunitária aos jovens que não tiveram a oportunidade de completar o ensino fundamental. Possibilitaria, assim, a esse segmento a volta à educação formal, através da aceleração dos seus estudos^v, garantindo-lhes, as competências e habilidades que os qualificariam para o mundo do trabalho e lhes oportunizariam uma efetiva socialização na comunidade em que vivem.

O projeto de lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005, que implantou esta nova política Nacional de Juventude, decretou em seu artigo 1º:

Fica instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros na forma de cursos previstos no artigo 81 da Lei n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do Ensino Fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade social. (BRASIL, Presidência da República, 2005).

Destarte, o Projovem assumiu um caráter emergencial, ao atender um segmento da população que tem necessidade de chegar, ainda jovem, ao Ensino Médio; e um caráter experimental, relacionado ao curso de formação, cuja proposta curricular baseava-se em paradigmas que tratam de forma integrada, da formação geral, da qualificação profissional e da ação comunitária.

É interessante ressaltar que, ao se dedicarem às atividades do Projovem, os alunos recebem um auxílio financeiro de acordo com as condições expressas no decreto de nº 5.557/05:

Art. 19 A União concederá um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00 (cem reais) por aluno, por um período máximo de doze meses ininterruptos, enquanto estiver matriculado no curso do projovem e atender às condições do artigo 24.

Art. 24: O pagamento do auxílio financeiro fica condicionado à obrigatoriedade, por parte do jovem matriculado, de comparecer a pelo menos 75% das atividades presenciais do mês, incluindo a ação comunitária programada para o período e apresentação dos trabalhos exigidos, observadas as demais normas definidas pelo Comitê Gestor Nacional. (BRASIL. Presidência da República, 2005b).

Os recursos destinados à implementação do Projovem implicaram em sacrifícios para outras ações, inclusive competindo com políticas que procuram evitar que o jovem abandone a escola. Observamos, portanto, a importância de resultados positivos advindos da implantação deste programa. Desse modo, é imprescindível a avaliação dos resultados do programa na vida dos beneficiários.

Segundo Gomes, “Avaliar programas sociais é se interrogar a seu respeito, tentar elucidar sua finalidade, a forma como são produzidos os seus resultados e a que práticas sociais se articulam e reforçam”. (GOMES, 2001, p. 20). Na esteira desse pensamento pretendemos avaliar os resultados do Projovem para os beneficiários que tiveram entrada em 2005 e saída em 2006. Uma avaliação na perspectiva dos jovens egressos, tendo como questão norteadora: Como o PROJOVEM contribuiu para a vida dos beneficiários no município de São Luís?

Para responder e sustentar essa questão que se desmembrará em outras, referentes à continuação dos estudos, à inserção no mundo do trabalho, ao engajamento cívico, ao acesso à cultura, ao lazer e ao esporte, é necessário antes buscar respostas às perguntas subjacentes ao estudo, como: O que é PROJOVEM? Qual a sua finalidade? Quais as bases conceituais que o sustentam?

Inquirimos, dessa forma, porque entendemos que no interior da política social, engendram-se articulações de interesses, portanto, a avaliação de políticas públicas não se constitui somente num exercício desinteressado, à semelhança de um cálculo custo-benefício (MELO, 1998). O objeto conceitual e empírico precisa ser delimitado, de forma clara, a partir da própria política a ser avaliada.

A pesquisa avaliativa, além de subsidiar a tomada de decisão e intervenção para reformulação de políticas, “Visa também, contribuir para o avanço conceitual na área ou temática [...]” (BELLONI, 2007, p. 46). Daí a necessidade de explicitação das definições e pressupostos conceituais da política, para se inferir com juízos de valor consistentes e legítimos, sustentados pelo rigor conceitual e metodológico.

Ao fazer a diferença entre análise de políticas e avaliação de políticas, Arrecht coloca que:

[...] somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação causal entre uma determinada modalidade de política pública e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos, ou ainda entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação. (ARRECHT, 1999, p. 31).

Afinados com a autora, ambicionamos desenvolver uma pesquisa de resultados, caracterizada como abordagem qualitativa com aproximação para um estudo comparativo, utilizando como técnica de pesquisa grupo de controle e grupos focais.

Dados os passos mencionados, aspiramos aprofundar nossas pegadas. Para tanto, é necessário, definirmos as categorias do estudo: cidadania e juventude. Cidadania está definida neste estudo, como “Direito a ter direito” entendido em (ARENDRT, 1983), como direito humano que pressupõe a cidadania, não apenas como um fato e um meio, mas como um princípio.

A categoria Juventude será entendida a partir do conceito que embasa a proposta do Projovem, que, se sustenta em Abromovay (2002) e nos documentos da UNESCO, os quais “Concebem a juventude em sua diversidade, como uma fase singular da vida em que os jovens têm uma série de direitos, mas também muitos deveres”. Não pretendem formar cidadãos porque já os concebe como tal onde “[...] sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício de cidadania [...]” (PROJETO PROJOVEM, 2005, p.16).

Almejamos também, trabalhar com as perspectivas de juventude definidas por Abramo (2005), construídas historicamente e de acordo com cada contexto, as quais são: a perspectiva psicológica, a perspectiva cronológica e a perspectiva sociológica.

Tomaremos a perspectiva sociológica como a que mais se aproxima com as intenções do nosso estudo. E, nos sustentaremos em Bourdieu (1983), para tratarmos o veio da história, da cultura e da política como os determinadores do conceito de juventude na mencionada perspectiva.

Adotaremos juventude como categoria socialmente construída, passível de manipulação, onde pode residir um valor simbólico decorrentes de relações de poder (BOURDIEU, 1983). Esperamos desta forma, explicar o diferencial social entre o conceito de juventude e a juventude para a qual se destina o Projovem, numa tentativa de iluminar a compreensão e análise da finalidade do programa, uma das questões subjacentes ao estudo.

Para chegar ao fim da trilha passos precisam ser alargados, e chegar ao universo da pesquisa, que consideramos abranger não somente o campo empírico, mas também a proposta do Programa, bem como todos os documentos que a regulamentam, observação indireta que

consiste também em análise de documentos. (THIOLLENT, 1987). Para então, melhor fundamentados, depreendermos o que é o programa, e, quais as suas bases conceituais. Assim, ao chegarmos à empiria, tomaremos aleatoriamente dois grupos: o primeiro de egressos do PROJOVEM e o segundo para efeito de comparação, formado por sujeitos potencialmente beneficiários do mesmo programa, mas não ingressantes. Esses dois grupos se constituirão na base empírica da investigação que será complementada, como já mencionado, com fontes documentais, portanto, de base secundária. Os sujeitos da pesquisa serão escolhidos aleatoriamente. A amostra, contudo, não foi cientificamente fixada a partir da margem de erros uma vez que isso implicaria em uma quantidade muito grande de sujeitos, custos elevados e tempo longo na aplicação da pesquisa, além disso, a localização de egressos tem sido um problema em pesquisa dessa natureza o que acaba por reduzir significativamente o número dos entrevistados, com perdas de tempo e desperdícios de recursos. Deste modo, foi estimada uma amostra de 160 jovens, sendo 80 egressos e 80 jovens que não participaram do programa, que comporão o grupo de controle, sujeitos com a mesma idade, que fazem parte do mesmo contexto e com histórias semelhantes às histórias dos egressos, isto é, sem vínculos formais de trabalho, com escolaridade que inclui as séries iniciais do ensino fundamental (até a 4ª série), mas que não chegaram a concluir a 8ª série do ensino fundamental, no contexto de 2005. A formação dos grupos focais, em número de seis, incluirá quatro grupos de 13 jovens e dois grupos de 14.

A pesquisa será realizada no início de 2010, com vistas a verificar com maior espaço de tempo os efeitos do programa na vida dos beneficiários, tendo em vista que se trata de uma pesquisa de resultados. Usaremos como instrumento de coleta a entrevista aberta contendo roteiro de questões, com a técnica de gravação. Os itens que constarão desse roteiro serão o desmembramento da questão norteadora da pesquisa. Utilizaremos também, o questionário com perguntas fechadas, para estabelecermos o perfil dos sujeitos.

A análise dos dados dar-se-á em seguida a coleta, as respostas serão organizadas, selecionadas, e categorizadas com base no referencial teórico que conduzirá o estudo, autores que trabalham com a avaliação na perspectiva da cidadania. O nosso exercício epistemológico concernirá no esforço de procurarmos ultrapassar a visão superficial que oculta o Projovem para encontrar possíveis respostas que possam explicitá-lo cientificamente, de forma crítica e construtiva.

PARA COMPREENDER O ESTUDO

Pautado na LDBen, o Projovem objetiva produzir mudanças no quadro social e, principalmente, na vida da juventude sob a perspectiva de contribuir para o exercício pleno da sua cidadania. Atende jovens que, por motivos que se articulam às condições sócio-estruturais, acham-se excluídos socialmente, tendo a falta de escolaridade mínima como justificativa.

A primeira versão do programa foi desenvolvida em todas as capitais brasileiras, inclusive São Luís, *locus* da nossa pesquisa. Estabelecia carga horária total de 1.600 horas, sendo 1.200 presenças e 400 não-presenciais, a serem cumpridas durante doze meses ininterruptos, e já adotava como o Projovem atual, a concepção de juventude explicitada nos documentos da UNESCO.

Nestes documentos, o jovem é tomado como sujeito de direito e protagonista do desenvolvimento social, concepção fundamentada em um novo paradigma de políticas para juventude que defende conceitos como vulnerabilidades positivas, capital social e jovem como agente estratégico de transformação social.

O programa é sustentado por dois enfoques de juventude:

1. O primeiro enfoque defende o jovem como ator estratégico do desenvolvimento, abordagem baseada nas premissas da *teoria do capital humano*^{vi}, na qual o jovem é tido como agente de transformação da realidade e da comunidade a que pertence. Para tanto, lhe é oferecida uma formação para que tenha condições de se inserir socialmente em setores de onde se encontra excluído.

2. O segundo enfoque, o de *juventude cidadã*^{vii}, não considera o aspecto problemático do jovem, o vê como sujeito de direito, e como protagonista do desenvolvimento social (CEPAL, 2000).

Desta forma, percebemos que o programa tem um formato diferenciado das políticas até então desenvolvidas para juventude, mas sabemos que esses programas emergenciais, em geral, como nos afirma Soares:

[...] são paliativos, pois não possibilitam mudanças institucionais. Gerados por problemas políticos, cuja solução em longo prazo, envolve alianças sociais mais complexas, não resolvendo a defasagem cultural e econômica de imediato, como querem crer [...] (SOARES, 2003, p. 15)

E o crescente desenvolvimento da miséria e da exclusão continua principalmente no cenário urbano. Essa realidade faz pensar sobre a relevância da avaliação das políticas

e dos programas públicos como uma avaliação com a finalidade de compreender a política, com vistas a estimular o seu aperfeiçoamento. Uma avaliação

[...] voltada não apenas para melhorar o conhecimento ou as informações sobre as ações desenvolvidas, mas principalmente para subsidiar a tomada de decisão: portanto, deve oferecer de modo explícito, elementos para o aperfeiçoamento da política [...] (BELLONI, 2003, p. 27).

Avaliação que articule a dimensão técnico-metodológica com a dimensão política. Portanto, uma pesquisa acadêmica que se utiliza de métodos e técnicas da pesquisa social. E que aliada a essa proposição, possa ser também uma forma de verificar os resultados dos programas ou políticas através da [...] “análise das mudanças duradouras ou significativas-positivas ou negativas, planejadas ou não nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinadas ações” (ROCHE,2002,p.37).

Esses resultados referem-se aos efeitos do programa sobre a população-alvo e buscam estabelecer relações de causa e de efeito entre a política implementada e as mudanças nas condições sociais.

Essas mudanças podem referir-se a algo físico, tangível e facilmente mensurável, através de técnicas quantitativas de coleta de dados. Mas, podem também ser algo subjetivo, capaz de alterar comportamentos, opiniões, formas de pensar e de agir que necessitem de uma abordagem qualitativa. O que não inviabilizará o rigor na pesquisa.

Arrecht (1999) aponta uma forma de avaliar políticas e programas sociais, que pode extrair resultados fiéis de maneira eficiente, e, com rigor:

(...) avaliação de políticas públicas consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y, ou, ainda, que na ausência do programa x, não teríamos o resultado y. (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO apud ARRECHTE, 1999, p. 31)

Na esteira desse pensamento, reafirmamos a nossa proposição, em percorrer a trilha, na intenção de avaliar o Projovem como uma política pública, verificando as mudanças ocorridas na vida dos jovens egressos de 2006, em comparação as mudanças ocorridas na vida dos jovens pertencentes ao grupo de controle.

No momento, nos sentimos em encruzilhadas, a certeza que temos é a de querer compreender a verdade desvencilhada de preconceitos e visões petrificadas, e a convicção de contribuir para a avaliação de políticas e, sobretudo para o exercício pleno da cidadania dos jovens.

ⁱ Prestação de serviços de educação escolar básica associada a intervenções em outras áreas, com clara focalização, em segmentos sociais considerados em “situação de exclusão escolar ou em condições de “vulnerabilidade.” (Duarte, 2006)”.

ⁱⁱ Diretrizes para políticas públicas para Juventude na América Latina, que adota o conceito de Juventude dos documentos da UNESCO.

ⁱⁱⁱ Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional da Juventude.

^{iv} Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Campo e Projovem Urbano.

^v Garantido pelo Art.37 Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBen.

^{vi} Teoria que tem como principal regra o investimento nas pessoas, mas preocupa-se tanto com o desenvolvimento das capacidades humanas como com sua utilização produtiva. Com essa teoria o norte-americano Theodoro Schultz ganhou o Prêmio Nobel da Economia em 1968 ver CORAGGIO. 1996; FRIGOTTO. 1996.

^{vii} Concepção adotada nos documentos da UNESCO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (org). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO Mary Garcia (orgs). **Juventude, violência e vulnerabilidade na America Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABROMOVAY, M. Y RUA, M.G. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ARENDRT, Hannah. **Condition de l'homme moderne**, Paris, Calmann-Lèvy, 1983.

ARRECHT, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo. Cortez, 1999.

BACHELARD, Gastón. **A formação do espírito científico: contribuição de uma psicanálise do conhecimento**, Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia da avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e bases da educação. LDB 9394/96. **Diário Oficial da União**, DF, 23 de dez. 1996.

BRASIL. Presidência da república. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 11.129**, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Avaliação de Inclusão de Jovens; cria o Conselho Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional da Juventude, Brasília, DF: Congresso Nacional, 2005a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n 11.129**, de 05 de outubro de 2005. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de jovens- PRJOVEM, Brasília, DF: Congresso nacional, 2005b.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CEPAL. **Adolescência y juventud em America Latina y el Caribe**: problemas, oportunidades y desafios en el comienzo de un nuevo siglo. Santiago de Chile: CEPAL, 2000 (Série Población y Desarrollo; n 9).

CORAGGIO, José Luís. **Desenvolvimento humano e educação**: o papel das ONG'S latino americanas na iniciativa da educação para todos. São Paulo; Cortes, 1996.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz e TENÓRIO, Robinson Moreira. Avaliação educacional no ensino superior: Uma discussão sobre a gestão da proposta pedagógica do curso de secretariado da UFBA na perspectiva da avaliação formativa. In. TENÓRIO, Moreira Robinson e VIEIRA, Marcos (Orgs). **Avaliação e Sociedade**: a negociação como caminho. Salvador: Edufba, 2009.

DUARTE, Marisa R.T. Sistema público de educação Básica e relações intergovernamentais: A ação da União e a autonomia dos sistemas locais de ensino. Perspectiva. Florianópolis, v. 20, n.02 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

GOLDMANN, I. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

IBGE. **Censo demográfico, 2000**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em [HTTP:// IBGE.gov.br](http://IBGE.gov.br)>. acesso em: 22 de jan. 2008.

JAPIASSÚ, Hilton. **Um desafio à educação**: repensar a pedagogia científica. São Paulo: Letras& Letras, 1999.

MELO, Marcus André. Governança e reforma do estado: o paradigma agente-principal. **Revista do Serviço Público**, n. 1, 1998.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS. Secretaria- Geral da Presidência da República. **Projeto Projovem**. Brasil: Presidência da República, Secretaria Geral, Brasília, 2005.

ROCHE, Chis. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGS**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001. (Núcleo de pesquisa: 6).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de**

políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001. (Núcleo de pesquisa: 6).

SOARES, Suely Galli. **Educação e integração social.** Campinas: Alínea, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operatória.** São Paulo: Polis, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Escola, trabalho e cidadania:** um estudo longitudinal com jovens egressos e não ingressos de um programa de inclusão de jovens (Projeto). Salvador, 2007.